

Os BRICS e os recursos fósseis

ELMAR ALTVATER

Resumo

O sistema global de liberalização do mercado não está em equilíbrio com as exigências da natureza. Os limites naturais da era fóssil requerem uma ação comum em um mundo dividido em muitas pequenas nações e alguns Estados nacionais fortes, mas não hegemônicos, que estão se unindo em blocos comerciais e em alianças mais ou menos informais, tais como os BRICS, que optaram por uma estratégia neoextrativista de desenvolvimento.

Palavras-chave: BRICS; Alianças; Recursos Fósseis; Neoextrativismo.



BRICS and fossil resources

Abstract

The global system of liberalization of the market is not in harmony with the demands of nature. The natural limits of the fossil era requires a common action in a world divided into many small nations and some strong national states, but not hegemonic, which are gathering in trading blocs and in more or less informal alliances, such as the BRICS, which opted for a strategy of neo extractive development.

Keywords: BRICS; Alliances; Fossil Resources; Neo-Extractivism.

ELMAR ALTVATER

Professor de Ciência Política da Universidade Livre de Berlim e cofundador da revista PROKLA. altvater@zedat.fu-berlin.de

RECEBIDO EM 10 DE JANEIRO DE 2014

APROVADO EM 4 DE MARÇO DE 2014

1 INTRODUÇÃO

O resultado da turbulência global após a queda do socialismo em vigor em 1989 e o desaparecimento da antiga União Soviética dois anos mais tarde foi a emergência dos EUA como a “única superpotência”. Segundo Charles Krauthammer (1991), deu-se então o fim do mundo bipolar, e a “era unipolar” a única alternativa triunfante.

Porém no início do século 21, os EUA não são mais um poder hegemônico porque suas elites políticas seguem uma lógica monopolizada de poder. Estavam muito longe de alcançar um consenso global e convencer o mundo do significado histórico da liderança norte-americana. Em virtude desta situação, a “única superpotência” só consegue estabilizar sua posição dominante mediante o uso da força militar, dos serviços secretos, das tecnologias de geoengenharia disponíveis e pela sua superioridade tecnológica e econômica, mas não pelo alcance de um amplo consenso mundial.

A longo prazo, a demonstração de poder não é suficiente para lhes conferir uma posição hegemônica, por causa da falta de aceitação e cooperação. Esta não é a única lição a ser extraída de Antônio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*, mas também das experiências dos atuais conflitos, desde o Iraque à Síria, passando pela Geórgia até a Somália.

A falta de cooperação em nível global é a razão da atual estruturação do mundo em (macro) zonas regionais de comércio livre, uniões aduaneiras regionais e mercados comuns, apesar de a OMC pretender criar uma nova ordem global de comércio livre. Alguns dos blocos comerciais regionais têm estado a negociar acordos bilaterais de comércio e investimento (BIT) com países menos poderosos. Como se vê, a quantidade de BITs assinados é bastante elevada; portanto, na verdade, o comércio livre é mais uma ideologia do que realidade. Por um lado, as recentes tentativas de estabelecimento de parcerias de comércio e investimento transatlânticos (TTIP – Transatlantic Trade and Investment Partnership) e outros acordos similares no Pacífico, sempre com os EUA no centro dos projetos, são um duro golpe contra o globalismo da OMC e seus parceiros e, por outro, um desafio para todas as outras nações que

não são convidadas a participar destes grandes blocos de comércio e investimento.

Nesta situação confusa, observa-se: (1) um estado superpotência unipolar; (2) extensas zonas de investimento de comércio livre onde os agentes mais poderosos são grandes corporações transnacionais privadas; (3) localizam-se as comunidades econômicas regionais, como a União Europeia e o Mercosul; e (4) onde novas alianças “informais” entre estados começam a entrar no palco da política mundial. Os BRICS, por exemplo, são uma aliança muito informal, sem sequer uma infraestrutura institucional formal elaborada. Mas como estudos de ciências sociais do trabalho informal mostram claramente, a informalidade não é uma condição estática, muito pelo contrário, é uma condição altamente dinâmica. Há tendências no rumo a uma maior formalização da aliança informal, bem como outras forças que apontam para o sentido oposto. A informalidade da aliança dos BRICS é um estado pós-moderno de indecisão, numa situação mundial caracterizada por difícil situação econômica, financeira, social e, acima de tudo, por limitações ecológicas para uma ação política. A longo prazo, fronteiras planetárias rígidas não permitem arbitrariedade leve (ROCKSTRÖM et al., 2009).

2 UM MUNDO EM DESORDEM

Como divulgado, o tsunami da liberalização dos mercados, da privatização de bens e serviços públicos e de desregulamentação selvagem da política começou na década de 1970 e foi com muito orgulho denominado de “contrarrevolução neoliberal” por Milton Friedman.

Esta situação preparou o terreno para a nova ordem mundial neoliberal emergente que mais tarde, menos de duas décadas depois, teve impulso político decisivo, quando da queda do muro de Berlim em 1989. Assim, o “antigo” século americano foi seguido pelo “novo” século americano. O antigo iniciou-se no fim da Segunda Guerra Mundial e foi determinante nas relações globais de poder durante os quarenta anos seguintes. Era a época de confrontos entre blocos, a economia de mercado capitalista (“o Ocidente livre”) e o socialismo real (o “Leste autoritário”).

A diferença decisiva entre o antigo século americano (antes de 1989) e o novo (depois de 1989) é o fato de que o novo, após o desaparecimento do socialismo real, não tinha espaço para outro sistema social se não o próprio capitalismo de mercado. De acordo com Hobsbawm (1995), o “curto século 20” terminou sem perspectiva de um sistema alternativo, num *beco sem saída*, com uma história com passado e presente, mas sem futuro algum. Desde então, o “socialismo do Ocidente”, isto é, o intervencionismo keynesiano dos Estados-nação, o mundo socialista da economia planejada do Leste, e o “socialismo do Sul”, ou seja, estado de desenvolvimento que teve origem na América Latina, passaram de um passado histórico para o fim da história. Em 1989 dava-se o fim do socialismo como um projeto de um futuro melhor, que antes tinha inspirado, mas também decepcionado muitas gerações.

Após o socialismo real, as novas gerações foram ainda piores, pois não tinham nenhuma alternativa, segundo declarou triunfantemente Margaret Thatcher: “Não há outra alternativa além da promessa neoliberal de liberdade, democracia e riqueza”. Esta afirmação era verdadeira apenas para uma pequena minoria feliz da população mundial, não para a maioria. Era o fim da história. A última década do século 20 tornou-se, portanto, uma “fase unipolar” dos EUA, uma fase de governança global sob a liderança “benigna” dos EUA, e o ápice de novos conflitos brutais como as guerras na antiga Iugoslávia, no Afeganistão ou Iraque.

O fim deste período chegou bruscamente em 11 de setembro de 2001. Neste prisma, as consequências lideradas pela administração Bush, em seguida ao ataque ao World Trade Center e ao Pentágono, remodelaram o mundo. A fase unipolar de hegemonia benigna transformou-se num domínio do planeta pela hegemonia predatória: A guerra contra o terror arrastou o mundo para uma série de conflitos militares em várias partes do planeta. Transformou o ambiente político do Médio Oriente e arredores, incluindo algumas partes da Ásia Central, África e da antiga União Soviética.

Ao mesmo tempo, o caos político está sendo imposto por fatores econômicos. A política monetária e fiscal dos EUA, eficaz até 2001, desencadeou a crise financeira global, que eclodiu em

2007-2008 e que, desde então, tem afetado o segundo maior centro do sistema capitalista mundial, a União Europeia. O grande déficit comercial dos EUA tem longa história e está a desestabilizar o sistema capitalista mundial e remodelar a estrutura do poder político global.

3 O BATISMO E DEPOIS O NASCIMENTO DOS BRICS

Este fato tornou-se evidente na cúpula do G-8 de 2007, em Heiligendamm na Alemanha, quando este grupo teve de iniciar a sua reunião elitista, consentido a participação de alguns recém-chegados, o Brasil, a Índia, a China e a África do Sul, como parceiros. A Rússia já era membro do G-8, e os BRICS foram tratados como parceiros subalternos, mas sua nova importância política tinha de ser levada em consideração. Diante dos seus excedentes comerciais e da sua posição resultante do crédito nos mercados financeiros, a solução da crise do sistema econômico e financeiro mundial tornou-se viável apenas pela inclusão destas novas potências no acordo. Contudo, os líderes políticos dos BRICS ainda tinham em mente a experiência da crise da dívida dos países do Terceiro Mundo na década de 1980, e portanto, tinham noção da necessidade de cooperação. Esta deve ser a razão pela qual, pouco tempo depois da cúpula de Heiligendamm, em maio de 2008, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, criaram este bloco denominado por BRIC, quando de um encontro na cidade Russa de Jekaterinburg. Dois anos mais tarde, a África do Sul veio se juntar ao grupo. Nasciam assim os BRICS e esta aliança informal recebeu uma estrutura mais formal. Agora, os BRICS eram muito mais do que um mero termo, inventado pelo gestor financeiro da Goldman Sachs, Jim O'Neill, fascinado pelo simples peso dos BRICS na economia mundial: Com 43% da população mundial, 20% da produção mundial, os altos excedentes nas suas contas-correntes e, por conseguinte, a maioria dentre os BRICS eram países credores confortáveis para os mercados financeiros globais. Assim, o autor deste termo rapidamente batizou as novas potências por BRICS, antes sequer da existência da aliança entre estes países,

e mais tarde passou para BRICS,¹ com a adesão da África do Sul, num dos raros casos da história em que um evento histórico tem uma designação, antes sequer de acontecer.

4 A ANS E A GEOENGENHARIA DA INFORMAÇÃO

Uma das premissas da nova ordem mundial norte-americana foi a estabilidade dos mercados, mas a estabilidade do mercado não é possível num sistema capitalista, segundo provaram, de forma convincente, Karl Marx, John Maynard Keynes e Hyman Minsky e muitos outros, em virtude das instabilidades financeiras inerentes ao sistema. Isto já se vislumbrava há alguns anos antes da eclosão da crise financeira mundial, em setembro de 2008. Uma vez que as finanças estavam necessariamente a preencher as lacunas do presente em relação ao futuro, usando valores produzidos no passado como garantia, as relações econômicas no tempo e no espaço eram inseguras pela sua natureza, e, portanto, caracterizadas pela instabilidade. Esta foi a razão principal da necessidade de intervenção do Estado nos processos econômicos dos mercados, a fim de evitar a eclosão de uma crise financeira. É por esta razão que deve sempre haver uma alternativa, porque um mundo “TINA”, como expressou Margareth Thatcher, não pode ser estável. Sem alternativa, não há espaço de manobra política e, logo, não há necessidade de intervenção num sistema de mercado desestabilizado.

Na imaginação dos neoliberais isto não é errado, porque a humanidade vive sempre num mundo leibniz, que é sempre “o melhor dos mundos possíveis”. Assim, as instituições políticas criadas a fim de estabilizar a economia tornam-se simplesmente redundantes num mundo sem alternativas. Contudo, a negação ideologicamente fundada de soluções multilaterais para novos desafios ecológicos, econômicos e sociais globais impediu o estabelecimento de acordos e a criação de instituições nos setores da energia, clima, migração e políticas sobre direitos humanos. Também não foi possível a criação de instituições e regras para

1 O s minúsculo é da formal plural; o S maiúsculo é de África do Sul.

estabilizar mercados financeiros instáveis. Ademais, as intervenções no mercado de trabalho destinadas às oportunidades de emprego tornaram-se dogmaticamente proibidas com o argumento da “taxa natural de desemprego” ou com desculpas como a curva de Philips ou ainda com argumentos de comportamento de escolha racional dos agentes econômicos.

Por último mas não menos importante, na nova ordem mundial os EUA, por um lado, tornaram assuntos da esfera privada parcialmente públicos, mas, por outro, se apossaram do conhecimento e de algumas informações públicas, por meio do seu aparatoso serviço secreto (a Agência Nacional de Segurança) impossibilitando outros governos e seus cidadãos do direito à privacidade, ou seja, dos seus direitos fundamentais como cidadãos.

Os EUA “socializaram” de forma completamente contraditória à sua própria ideologia liberal dominante, com o conhecimento de informações privadas; porém não se tratou de “socialização” dos partidos de esquerda e dos movimentos no sentido tradicional dos séculos 19 e 20. Tratava-se na verdade de desapropriação em favor da “única” superpotência e das grandes corporações que operam em nível global, sob sua proteção.

Este é um sinal claro do vergonhoso monopolarismo americano com sua nova abordagem de “geoengenharia da informação”, que se encaixa perfeitamente em esforços para encontrar soluções para desafios globais, por meio de medidas organizacionais e técnicas de geoengenharia, por parte de Estados-nação poderosos, e não pela comunidade global e a frágil infraestrutura institucional existente.

Importa realçar, no entanto: neste ataque à privacidade da população mundial, não apenas os EUA, mas também outros países de língua inglesa, têm parte da responsabilidade. Desde muito, é forte a aliança entre estes, a qual é denominada UKUSA/RUEUS por causa das iniciais das duas principais potências, o Reino Unido e os EUA. Ao mesmo tempo é designada por “coligação dos cinco olhos”, porque outros três países fazem parte deste “grupo dos cinco”. São eles: o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Originada no pós-Segunda Guerra Mundial, a coligação resulta da colaboração entre os serviços secretos durante os

tempos da Guerra Fria. Contudo, como mostra a fuga de documentos perpetrada por Edward Snowden, essa estranha aliança, não de Estados-nação completos e, portanto, governos soberanos, nem de governos democraticamente controlados, mas do “arcano” mais secreto de todos esses estados, os serviços secretos, foi obviamente revitalizada durante os tempos da internet e da guerra contra o terrorismo, a fim de se apossar de informações, numa escala global.

Como alegado, a justificação oficial para estes atos criminosos, pelo menos na medida em que são admitidos – é a defesa da segurança nacional. Todavia, estas informações também são roubadas para se obter uma vantagem competitiva. O roubo é contrário ao comércio livre porque o comércio tem como base os direitos de propriedade privada e, logo, o estabelecimento de novos poderes informais e de novas alianças estatais informais, com a missão de se apropriar de informação privada, opõe-se à filosofia da ordem de comércio livre que os governos dos “cinco olhos” tanto defendem. Assim, o mundo tradicional de diplomacia de Estados-nação do início do século 21 está a desaparecer num pântano de imoralidade política.

5 UM MUNDO GOVERNADO POR MERCADOS DESENCAIXADOS

Em vez disso, um mundo paralelo está em formação. Contudo, existem forças poderosas a levá-lo em direção a um sistema global de comércio livre.

A OMC designa este processo por “reglobalização” depois de uma “primeira fase” da globalização, antes da Primeira Guerra Mundial, e um outro período de “desglobalização” entre a primeira e o fim da Segunda Guerra Mundial (WTO, 2013, p. 46-55). Na filosofia dos representantes da OMC, a reglobalização é o retorno a um estado quase natural das coisas, que teve início durante o “primeiro século americano” e terminou com sucesso, com a dissolução da alternativa socialista para que, desde então, o mundo inteiro pudesse funcionar como um mercado único, como prova a instituição de vários sistemas de integração regional em todas as partes do planeta, da Europa Ocidental (UE) para o Sudeste

Asiático (ASEAN) e no caso da América do Sul (o Mercosul, por exemplo). Ao mesmo tempo, tarifas e barreiras comerciais não tarifárias foram removidas de forma considerável.

Em 1995, a OMC herdou do seu antecessor, o GATT, um sistema de comércio global não totalmente, mas quase livre de quaisquer tarifas.

Todavia, no entendimento dos defensores do livre comércio, o sistema ainda não é perfeito. Eles não só querem um mercado livre, como querem também que os mercados sejam desencaixados (*disembedded*). Em 1944, Karl Polanyi publicou um livro advertindo sobre os mercados desencaixados, muito especialmente sobre os mercados monetários, financeiros, de trabalho e mercados de partes da natureza, por exemplo, mercados imobiliários. De acordo com o exposto, a análise deste autor foi extremamente clara: quando a economia de mercado fica desencaixada e desligada da sociedade (e importa acrescentar, da natureza), funciona como um “moinho satânico” destruindo as mercadorias comercializadas nos respectivos mercados, ou seja, a força de trabalho, o dinheiro e a natureza.

Este discurso se encaixa perfeitamente na perspectiva marxista, onde a questão do fetichismo das mercadorias e do dinheiro é um ponto crucial. Assim, a liberalização das relações comerciais não só tem consequências no desempenho econômico de uma nação, mas também impacto considerável sobre o sistema social, na participação política e no ambiente natural. Novos acordos comerciais que cobrem tanto o Atlântico como o Pacífico estão em formação.

Os novos acordos comerciais transatlânticos e transpacíficos são basicamente acordos de investimento sob medida, para ampliar o âmbito dos regulamentos ainda existentes para os interesses das empresas privadas (chamadas de investidoras) em detrimento dos interesses do povo em discussão. Conforme podemos admitir, o comércio livre talvez não seja rentável só para as empresas, é também benéfico para os consumidores. De qualquer modo, é prejudicial para a maioria dos trabalhadores em todo o mundo por causa do enfraquecimento tanto do sistema de

segurança social quanto dos sistemas da segurança social a ele relacionados.

Ademais, reduz as oportunidades e direitos de participação democrática na tomada de decisões para o benefício do interesse comum e, por último, é extremamente mau para o meio ambiente natural. Neste prisma, o comércio livre é inevitável, porque o estabelecimento de uma zona de comércio (melhor, mais livre e desenhado) entre os EUA e a Europa e algumas partes da Ásia esteve sempre ligado à expectativa de mais comércio, ou seja, de mais produção de bens e serviços e de mais financiamento. Assim, o comércio livre se traduz em maior crescimento econômico. Essa foi a promessa dos negociadores do “Acordo de Comércio e Investimento Transatlântico” (TIPT), embora tal ideia seja ridiculamente modesta: por exemplo, o estímulo de crescimento estimado é de 0,48%. De qualquer forma, maior crescimento requer maior consumo de energia fóssil, de mais minerais e matérias-primas agrícolas, maior extensão das atividades humanas no espaço e mais aceleração no tempo (ROCKSTRÖM et al., 2009). Portanto, nas “fronteiras planetárias” que a humanidade já ultrapassou de algum modo, o livre comércio desencadeia o crescimento e em virtude do duplo caráter do processo de acumulação capitalista, não só a produção de valor que está inevitavelmente a prejudicar a natureza, mas também a transformação de matéria e energia.

Como evidenciado, o sistema global de liberalização do mercado e da criação do comércio não está em equilíbrio com as exigências da natureza, violando, assim, os limites dos recursos naturais, bem como os limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. As dinâmicas capitalistas ultrapassaram os limites da vida e não vivenciam a natureza do planeta Terra.

6 O COMÉRCIO LIVRE GLOBAL E O SISTEMA MUNDIAL ECOLÓGICO

A ordem do comércio livre surge com a retirada de barreiras físicas, técnicas, econômicas, financeiras e legais. Neste processo, são também desmantelados os obstáculos naturais para a livre circulação de mercadorias, em face do caráter duplo dos processos econômicos que são ao mesmo tempo de valor imaterial e

material e de transformações energéticas. Contudo, os limites naturais são flexíveis e podem por isso ser temporariamente negligenciados sem sanções aos que os desrespeitam. A negligência e até mesmo a violação temporária de limites têm um efeito econômico altamente positivo mas perverso no bem-estar. De modo geral, as taxas de crescimento do PNB no mundo são consideravelmente altas desde a revolução da indústria fóssil na segunda metade do século XVIII, de tal forma que o PNB real *per capita* duplicou de uma geração para outra. Isso poderia ser mal interpretado como sendo apenas um aumento quantitativo. Foi e ainda é uma mudança qualitativa, se não for uma revolução. Portanto, as dialéticas da natureza importam tal como Friedrich Engels (obras de Marx e Engels) demonstrou.

Nem sempre se leva em consideração o fato de que este milagre econômico para os seres humanos tem um lado desfavorável: o efeito negativo na natureza, a enorme “pegada ecológica” de seres humanos economicamente ricos. Mas os efeitos negativos são percebidos como externalidades do mercado. Portanto, eles estão, tradicionalmente, na teoria do mercado econômico acima do foco da disciplina da corrente dominante da economia política. Segundo muitos economistas, as externalidades ou não incomodam ou deviam ser internalizadas de forma a torná-las calculáveis e, deste modo, melhorar a racionalidade econômica das decisões do mercado. Logo, as externalidades são um resultado inevitável da produção conjunta, e não existe nenhuma produção não conjunta na face da terra – devido à lei da entropia. Como mostra claramente a física termodinâmica, o resultado de um processo de produção é o valor de uso no lado ensolarado e as emissões na atmosfera, nas águas e nos solos no lado escuro. Os economistas estão de olho no lado claro, porém muito relutantes em clarificar o lado escuro. Então, a questão é: Como internalizar economicamente um processo e seus efeitos que não podem ser internalizados fisicamente?

O já mencionado caráter duplo de todos os processos econômicos oferece um estratagema útil: Os efeitos físicos e, deste modo, os efeitos materiais não devem ser internalizados, quer os positivos quer os negativos. É, contudo, possível internalizar as

transações no lado dos valores da economia, mediante o uso do dinheiro dos processos do mercado. É possível atribuir um preço aos danos ambientais embora a pertinência seja mais do que duvidosa. Qual é o preço de uma espécie extinta, como calcular os custos da onda de calor de 2005 na Europa com cerca de 10 mil pessoas mortas? Não existe uma resposta racional a esta questão.

Não obstante, os agentes do mercado financeiro inventaram inovações do mercado financeiro que estão aptas a internalizar as externalidades e deste modo calcular o incalculável: os títulos e outras formas de pagamentos nos chamados serviços de ecossistema, certificados de direitos de poluição, etc. Novos instrumentos financeiros estão na agenda política (TEEB – A Economia do Ecossistema e da Biosfera; PES – Pagamento pelos Serviços de Ecossistema; REDD – Redução de Emissões da Desflorestação e da Degradação Florestal). A consequência é que os limites naturais parecem desaparecer no cálculo monetário onde a complexidade da natureza é simplificada em uma comparação custo-benefício. Neste discurso, os limites naturais são transformados em oportunidades de mercado e vendidos num mercado financeiro em expansão. De certa forma organizada, a política ambiental encaixa-se no sistema de mercado. Devido às inovações financeiras o mal causado à natureza ao passar dos limites de crescimento (e por conseguinte da natureza) pode ser monetizado e comercializado em mercados financeiros. A libertação da economia do mercado capitalista da sociedade e da natureza é quase perfeita. Nesta ótica, a natureza natural desaparece, e a natureza monetizada aparece. Se não houvesse o aspecto material das externalidades, a trajetória capitalista podia ser uma eterna história de sucesso.

Contudo, os limites planetários são resistentes às tentativas neoliberais de internalização. O mundo está a enfrentar o esgotamento de recursos naturais. Assim, o pico do petróleo (*Peakoil*) é uma permanente ameaça que não pode ser reduzida explorando combustíveis fósseis não convencionais no alto mar, como, por exemplo, o *offshore* da costa brasileira ou as florestas tropicais do Amazonas, no gelo polar da Sibéria e do Oceano Ártico ou as areias asfálticas da Venezuela ou Canadá. Também em relação à matéria-prima mineral agrícola os limites naturais minimizam seu

horror porque já estão sendo encontrados recursos não convencionais e localizadas novas reservas convencionais, tal como o caso de metais raros e solos na China ou carvão na Índia ou centrais não convencionais para a produção de bioenergia no Brasil e África do Sul (cana-de-açúcar, soja, óleo de palma, etc.). Ou seja, os limites de recursos são, de fato, flexíveis e é possível, tal como prometem os protagonistas do *verde*, que “os limites cresçam” e, portanto, os “limites de crescimento” que o Clube de Roma mencionou pela primeira vez em 1972 sejam ignorados.

Esta flexibilidade é bem-vinda como uma oportunidade de desenvolvimento para muitos governos e movimentos sociais em todo o lugar do mundo. Agora, os governos dos BRICS podem optar pela aplicação de uma estratégia neoextrativista (GUDYNAS, 2013). É diferente do extrativismo tradicional, colonial e imperialista, porque os minérios extraídos ou produtos agrícolas ou riquezas das florestas tropicais não são simplesmente roubados pelas metrópoles do sistema do mundo imperialista. Pelo contrário, toda a cadeia de mercantilização e monetarização de recursos naturais no mercado mundial permanece sob o controle de governos fortes e na sua maioria de esquerda. Por conseguinte, as estratégias dos neoextrativistas foram também chamadas de “extrativismo de desenvolvimento” (LINERA, 2013). Tal estratégia pode ser bem-sucedida desde que os recursos não se esgotem, desde que os termos de comércio sejam favoráveis aos bens primários, desde que os governos em pauta não sejam corruptos e não façam o jogo das corporações transnacionais. Mas embora os limites naturais sejam flexíveis, eles não são inexistentes. Antes pelo contrário, eles importam e, assim, a estratégia do extrativismo de desenvolvimento desde o princípio em diante deve visar uma alternativa, um modelo de desenvolvimento não extrativista. Mesmo num desenvolvimento de nível médio o extrativismo pode ficar preso no moinho econômico da “maldição dos recursos”, no dilema da “doença holandesa”, na contradição entre os termos internos e externos de comércio.

Ademais, os sumidouros globais para as emissões não reagem tão flexivelmente como os limites de disponibilidade de recursos na demanda de recursos energéticos ou minerais e agrícolas.

Os limites planetários em relação a muitos recursos já foram suprimidos. É possível ignorá-los, mas a violação destes limites naturais irá com certeza provocar sanções, talvez ao longo do tempo, talvez imediatamente. Portanto, os limites naturais no fim da era fóssil de fato importam em qualquer lugar e para todos no planeta Terra. Eles requerem uma ação comum num mundo que está – como já foi demonstrado – dividido em Estados-nação fortes, mas não hegemônicos que usam métodos de geoengenharia (em políticas de informação bem como na política do clima), blocos comerciais cada vez mais transformados em mercados desencaixados que funcionam como protetorados de grandes corporações globais contra o cidadão do mundo, mais ou menos alianças informais tais como os BRICS e, por último, muitas pequenas nações cuja influência no mundo contemporâneo é diminuta.

Tradução: Boaventura Monjane

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. El Capital y el Capitaloceno. **Mundo Siglo XXI**, v. IX, n. 33, p. 5-15, maio/ago. 2014.
- _____. **Das Ende des Kapitalismus wie wir ihn kennen**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.
- ENGELS, F. Dialektik der Natur. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Werke**. Berlim: Karl Dietz Verlag, 1962. v. 20, p. 305-570.
- GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 18, fev. 2013.
- HOBSBAWM, E. **Das Zeitalter der Extreme**. Weltgeschichte des 20. Jahrhunderts; Wien; München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1995.
- KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London; Melbourne; Toronto: Macmillan, 1964. [1936].
- KRAUTHAMMER, C. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, p. 23-33, 1990.

LINERA, A. G. Once Again on So-Called “Extractivism”. **Monthly Review**, v. 64, n. 11, 2013.

MARX, K. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie, Erster Band Der Produktionsprozeß des Kapitals. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Werke**. MEW Band 23, Berlin: Dietz Verlag, 1970.

MINSKY, H. P. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MOORE, J. W. **The Capitalocene**, Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis; Part II: Abstract Social Natur and the Limits to Capital. Binghamton: Binghamton University, 2014.

POLANYI, K. **The Great Transformation**: The Political and Economic Origins of Our Time. New York, 1944 [s/ed].

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, 2009.

WTO. **World Trade Report 2013**. Factors shaping the future of world trade. Geneva, 2013.